



HAL
open science

A vida cotidiana das hortas comunitárias: casos de Rennes (França) e São Paulo (Brasil)

Gustavo Nagib, Giulia Giacche

► **To cite this version:**

Gustavo Nagib, Giulia Giacche. A vida cotidiana das hortas comunitárias: casos de Rennes (França) e São Paulo (Brasil). *Estudos Avançados*, 2021, 35 (101), pp.241-256. <10.1590/s0103-4014.2021.35101.015>. <hal-03512940>

HAL Id: hal-03512940

<https://hal.inrae.fr/hal-03512940v1>

Submitted on 5 Jan 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire HAL, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons CC BY-NC 4.0 - Attribution - Non-commercial use - International License

A vida cotidiana das hortas comunitárias: casos de Rennes (França) e São Paulo (Brasil)

GUSTAVO NAGIB^I e GIULIA GIACCHÈ^{II}

Introdução

ESTE ARTIGO tem por objetivo apresentar a vida cotidiana de hortas comunitárias nas cidades de Rennes, na França, e de São Paulo, no Brasil. Nosso aporte volta-se ao discurso dos hortelões urbanos, a partir de procedimentos metodológicos da pesquisa participativa. A voz dos atores dessa expressão da agricultura intraurbana conduz o desenvolvimento de uma análise que pretende focar mais nas experiências e cadernos de campo, pretendendo compreender se hortas em diferentes contextos se encontram nos mesmos anseios pretendidos por essa prática social. A hipótese inicial é a de que tais experiências, independentemente de seus históricos e arranjos institucionais, apresentam conteúdos políticos e ideológicos semelhantes, e materialidades que visam à transformação cidadã (e pautadas por princípios de autonomia) do espaço urbano.

Rennes é uma cidade média, com 216 mil habitantes, capital da região da Bretanha, no noroeste da França (Insee, 2020). São Paulo estrutura a quarta maior aglomeração urbana do mundo, com quase 22 milhões de habitantes (ONU, 2019). As dimensões socioespaciais, à primeira vista, revelam incongruentes bases comparativas. Este artigo, no entanto, não tem por intenção a construção de bases quantitativas de análise. O intuito é revelar a profundidade argumentativa dos hortelões e, justamente, compreender como realidades *a priori* tão díspares podem produzir conteúdos que se encontram no campo dos discursos e das práticas cotidianas.

Neste sentido, o processo de urbanização, de escala global, revela-se enquanto ponto de encontro às estranhas possibilidades da análise comparativa. Trata-se de buscas por alternativas, por parte da sociedade urbana, que levariam à convergência dos semelhantes processos de materialização de hortas comunitárias, vistas enquanto espaços alternativos aos imperativos da urbanidade, em seu bojo espacial, político e cultural.

A manifestação oral (o discurso) de cidadãos comuns constituir-se-á no conteúdo principal para a condução da análise aqui proposta. A pergunta que orienta nosso estudo volta-se ao significado de cultivar a cidade (ou de produzir “cidades comestíveis”), cujas respostas dos hortelões formularão a compreensão

a respeito do significado desse tipo de ação para a realidade urbana da atualidade. Ademais, as áreas de horticultura comunitária investigadas estão dentro da cidade, completamente integradas à produção contemporânea do urbano, tanto em sua dimensão material quanto imagética, ou seja, a cidade enquanto base material da vida cotidiana e a cidade enquanto ideia (Blanc, 2008; Lefebvre, 1969). E contida nessa ideia, busca-se revelar o que é a vida cotidiana dentro de uma horta comunitária, expressa pelas vozes daqueles que a materializam em um determinado momento. O que será apresentado aqui revela dinâmicas das relações sociais de um tempo específico, e não uma realidade definitiva e imutável, sendo um retrato das hortas comunitárias pesquisadas válido para os anos vivenciados por nossas pesquisas participativas.

Em Rennes, foram selecionadas 8 hortas (dentre as 75 existentes), diferentes entre si no que se referia a: propriedade da terra (pública ou privada); ano de criação (entre 1997 e 2016); organização espacial (parcelas individuais e/ou compartilhadas); localização (centrais ou periféricas); área (entre 20 e 250 m²); e governança (associação formal ou coletivo de habitantes). Sessenta pessoas foram ouvidas e deve-se levar em consideração que várias delas exerciam duas ou três diferentes funções, por exemplo: hortelão, referente da horta, funcionário de associação, membro da equipe de jardinagem da cidade. Mais criteriosamente, foram entrevistados 41 hortelões; 6 referentes de compostagem; 8 referentes de horta; 8 atores-chave que trabalham ou são voluntários em associações que visam promover a agricultura ou a biodiversidade na cidade; 10 atores institucionais que trabalham para a região Metropolitana de Rennes ou para a prefeitura, seja diretamente no serviço de áreas verdes, seja nas atividades administrativas (os nomes usados neste artigo são fictícios, em respeito ao anonimato dos entrevistados). Outras fontes de dados são os cadernos de campo, onde foram apontadas as observações realizadas durante as entrevistas e permanências nas hortas. Essas observações permitiram melhor situar as falas dos entrevistados e apontar aspectos em relação às suas práticas. Desenvolveu-se uma análise dos discursos direcionada às práticas cotidianas. As informações aqui apresentadas referem-se à pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2017; portanto, a análise levou em conta este momento histórico (Giacchè; Le Caro, 2018).

Em São Paulo, por sua vez, o caso pesquisado foi a Horta das Corujas, no bairro da Vila Beatriz, na zona oeste da capital paulista. Essa iniciativa foi materializada por ativistas e hortelões em uma porção de 800 m² dentro da Praça Dolores Ibárruri, por onde passa o Córrego das Corujas, afluente do Rio Pinheiros, e, por isso, o local é popularmente conhecido como “Praça (e Horta) das Corujas”. A materialização da horta se deu em julho de 2012, mediante a reapropriação cidadã de uma parcela do espaço público para fins de horticultura comunitária, tendo sido a primeira experiência do tipo na capital paulista. Conjuntamente à ação, preliminarmente inspirada em táticas de *guerrilla gardening* (sem prévia autorização), buscou-se o apoio do poder público, que nunca formalizou a existência da horta, que, no entanto, acabou por inspirar o surgimento de dezenas

de outras iniciativas semelhantes pela capital paulista e, em 2020, completou oito anos. Ao longo do percurso investigativo, foram entrevistados 27 hortelões das Corujas (19 mulheres e 8 homens, cujo anonimato foi respeitado neste artigo), que participavam ou já tinham participado assiduamente nas atividades de cultivo e manutenção de canteiros. Desenvolveu-se uma análise dos discursos direcionada às práticas cotidianas. As informações aqui apresentadas referem-se à pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2016; portanto, a análise levou em conta esse momento histórico da referida horta comunitária (Nagib, 2016).

Dinâmicas socioespaciais de hortas comunitárias em Rennes, França

Em Rennes, as hortas comunitárias em espaços públicos são supervisionadas pela Direção dos Espaços Verdes, após solicitação de um habitante. Esse, por sua vez, encontra seu interlocutor em Vert le Jardin, intermediário entre o serviço público e os cidadãos, acompanhando os procedimentos administrativos e a criação do grupo de hortelões. Vert le Jardin ajuda na elaboração de uma “carta da horta”, bem como na construção de um código de conduta. Há uma certa diferença entre as hortas, de acordo com o modo de organização do espaço (com parcelas individuais e/ou coletivas, por exemplo); a forma de organização do coletivo (uma associação, um coletivo de habitantes, um coletivo de associações etc.) e a sua função (produção, educação ambiental, local de encontro etc.). Isso também gera diferenças entre as iniciativas no que se refere às trajetórias de evolução e apropriação dos diferentes espaços. Trata-se de uma produção social que evolui ao longo do tempo através de um processo duplo: apropriação do espaço e construção identitária do lugar.

A materialização de uma horta nem sempre é muito desejada no bairro, especialmente no início. Segundo Jean-Claude, “gera resistência, até mesmo medo, porque é algo que parece criar desordem” (2016, informação verbal). De acordo com Mylène (2016, informação verbal), é devido ao “medo, o medo de ser incomodado nas pequenas coisas que eles construíram. Eles pensavam que íamos fazer uma grande horta, com um monte de coisas, que atrairia muita gente e que ia fazer bagunça”.

A falta de comunicação entre os habitantes e a maneira de consultá-los mostram-se importantes, embora ainda existam muitos preconceitos a respeito das hortas (que elas atraem ratos, os julgamentos estéticos etc.) e da dinâmica que elas podem desencadear. Com o tempo, os vizinhos tendem a mudar de opinião, a começar a participar das iniciativas, mas há quem permaneça com o mesmo ponto de vista. Obviamente, também há vizinhos que, desde o início, se engajam na reflexão da ideia com entusiasmo e se apropriam dela.

A horta pode se tornar um espaço comum, ajudando a produzir um senso de pertencimento ao lugar, favorecendo o encontro e o compartilhamento, embora essa possa ser uma construção difícil. A legitimidade da ação é uma questão que leva os hortelões à discussão, e é um assunto de negociação com a prefeitura.

ra, que administra mais de 800 ha de áreas verdes, com a perspectiva de aumentá-las, mas com o mesmo número de técnicos. O poder público, por um lado, considera que os hortelões são responsáveis pelos espaços ocupados pelas hortas, como diz um representante eleito para assuntos de biodiversidade e ecologia (2016, informação verbal): “A cidade assina um acordo com os promotores desses projetos e passa a não ser mais da sua responsabilidade dar manutenção a esses espaços”. Mas seu pensamento vai além, enfatizando que “esta também é a mensagem: reaproprie-se da cidade e dos seus espaços através de uma ‘permissão para vegetalizar’ [*permis de végétaliser*] [...]”. A prefeitura está experimentando formas de gestão participativa do espaço e vê nos hortelões parceiros em potencial. Esses, por sua vez, estão divididos entre aqueles que consideram uma tarefa viável, quando realizado coletivamente, e outros que não apreciam o fato de “substituir” o serviço municipal gratuitamente. Aquele mesmo representante eleito entrevistado enfatiza o fato de que existem restrições financeiras, mas que lhes dão a oportunidade de pensar em como trabalhar de maneira diferente e “se reapropriar do espaço urbano, já que é sempre a prefeitura que deve fazer”.

Muitas são as motivações que levam os cidadãos a se envolverem com a horticultura. Em Rennes, embora haja uma tendência em diferenciar hortas voltadas ao suprimento real de alimentos das hortas comunitárias – voltadas ao vínculo social, ao compartilhamento e ao estreitamento das relações de vizinhança –, as motivações dos hortelões não são tão nítidas e definidas. O engajamento cidadão relaciona-se a um contexto (os hortelões podem se dedicar às variadas tipologias de horta ao mesmo tempo ou ao longo dos anos) e a um processo. O engajamento evolui em relação a vários fatores (tempo livre, mudança de residência, habilidades pessoais etc.) ao longo do tempo. Cada área insere-se no espaço e no tempo e os jardineiros atribuem a eles um papel e uma função diferentes.

O engajamento em hortas comunitárias pode ser o primeiro passo para um novo aprendizado, mas também uma ferramenta para se conectar com outras pessoas, para compartilhar uma experiência. Para alguns, de fato, é o primeiro passo para aprender a mexer com a terra em companhia dos demais, Laurence (2016, informação verbal) confirma:

Na primavera passada, com meu amigo, nos questionamos se não mudaríamos de apartamento. Minha primeira intenção era ter uma área externa, tínhamos olhado um pouco casas para comprar, com pequenos jardins. Eu não queria um grande quintal, porque imagino que demanda manutenção, e não me sinto capaz de manter tudo isso. Enfim, foi uma ideia que abandonamos porque é complicado. Mas enquanto isso, eu talvez pudesse encontrar uma horta não muito longe da minha casa, antes de ter a minha própria horta, isso me permitiria aprender e perceber as dificuldades.

Outros seguiram o sentido oposto, como testemunha Héloïse (2016, informação verbal):

Antes, nós estávamos em uma casa com um jardim. Passamos de uma casa para um apartamento e estamos muito felizes com essa escolha, porque em nosso jardim não encontrávamos os vizinhos, não víamos pessoas e eu tinha tentado fazer uma horta sozinha, mas isso não me interessava. Aqui, eu fico mais tempo, mesmo se eu não fico muito, ainda assim, passo mais tempo na horta.

Os hortelões se perguntam sobre os freios do “urbano” para a horticultura. Dois emergem como principais: a falta de conhecimentos e a dificuldade da produção coletiva, a fim de criar um conjunto de práticas com pessoas desconhecidas. Segundo Jonas (2016, informação verbal): “Ainda existe esse problema de ousar ultrapassar as fronteiras, pessoas que sempre viveram na cidade e nunca tiveram uma horta e que não se atrevem a vir, e eu vi pessoas de fora que me disseram que queriam, mas que não deu em nada”.

A organização do grupo de hortelões geralmente se baseia em dias e horários de “permanência”, quando se reúnem e cuidam da horta. Normalmente, há um núcleo de hortelões mais envolvidos e outros, menos comprometidos, denominados “hortelões periféricos”. Essa posição de “marginalidade” não se baseia necessariamente na falta de interesse ou assiduidade, mas na falta de conhecimento sobre as regras de funcionamento da horta ou das tarefas necessárias, por exemplo no que se refere à compra de ferramentas, à organização de reuniões, à realização de tarefas e decisões essenciais, tais como as regas.

Além da horticultura, há uma série de outras atividades, tais como: coordenação, organização (de pequenas obras, para a compra de sementes), comunicação (entre os participantes nas redes sociais) e administração (preparação para assembleias gerais, relatórios financeiros, contatos com os departamentos municipais). No entanto, essas funções, que não são propriamente de horticultura, costumam depender de um número muito limitado de pessoas, produzindo uma desigualdade no conhecimento das informações e uma sobrecarga de trabalho para alguns voluntários, especialmente em hortas estruturadas por entidades associativas e com um grande número de aderentes. Às vezes, a falta de responsabilidade e compromisso da maioria pode cansar os mais “envolvidos”, que se sentem sobrecarregados e cansados. Albert (2016, informação verbal), por exemplo, enviou um e-mail ao seu grupo de hortelões anunciando uma greve: “Eu queria entrar em greve e, assim, trazer todos de volta. É verdade que eu tenho mais tempo que os outros, mas eu também sou bom em horticultura”.

Quase todos os hortelões entrevistados têm origem rural e, durante a infância, participaram ou observaram seus pais ou avós plantando e produzindo alimentos para o autoconsumo. Hortas domésticas são um denominador comum nas memórias: “Meus pais plantavam, eles não eram agricultores [...]. Meu pai trabalhava [no serviço de] áreas verdes [municipais] e tinha uma horta em casa. Comíamos muitos legumes da horta, e ele tratava de não usar produtos químicos” (Héloise, 2016, informação verbal).

Embora a maioria dos hortelões tenha origem rural, alguns deles se definem como “urbanos”, “filhos da cidade”, como Maelle (2016, informação verbal), que se descreve como sendo “um pouco o estereótipo de uma garotinha urbana que gostaria de colocar as mãos na terra”. A relação com a horta traz de volta o que foi construído durante a infância ou a juventude e interrompido no momento em que migraram à cidade. Continuidade e ruptura são as duas tendências comuns. Os hortelões encontram-se em uma trajetória produzida e caracterizada por “alavancas de transformação”, indicadores qualitativos da reorientação de suas práticas.

As redes familiares são importantes na construção do relacionamento com a terra e a horticultura, que evolui com o tempo e se adapta ao contexto. Os hortelões lembram-se das práticas de seus antecedentes, observadas ao longo de anos, e se posicionam em continuidade ou ruptura. Myrielle (2016, informação verbal), durante os plantios, lembra-se: “Meus avós puderam cultivar uma horta com a influência da Lua”. Ela tenta reproduzir certas práticas ou ritmos. Outros jardineiros, no entanto, distanciam-se dos pais: “Nos anos 80, era [o tempo do] agrotóxico. Então, hoje, eu sou tudo menos agrotóxico. [...] Correntes como a permacultura e a agroecologia são ótimas para virarem rotina” (Charles, 2016, informação verbal).

No contexto da cidade de Rennes, a horticultura intraurbana é obrigatoriamente orgânica. Todos os hortelões se orgulham de produzir sem usar produtos químicos. Além disso, é dada atenção ao uso de recursos, principalmente à água. De fato, quase todos os hortelões estão atentos e recorrem a técnicas como a cobertura com palha para diminuir a frequência das regas. Suas práticas também condicionam a percepção de que a agricultura urbana é menos poluente do que a agricultura rural: “Tem menos pesticidas que no campo e quando eu vejo todas as áreas verdes de Rennes, eu fico contente” (Emilie, 2016, informação verbal).

Além do plantio e da colheita, existem outras práticas, como a seleção da semente ou a sua reprodução, que ainda é pouco frequente entre os hortelões. Guardar as sementes ideais requer conhecimento, mas também possuir um espaço adequado, que muitas vezes é em casa (varanda, estufa, congelador etc.). Essas habilidades estão evoluindo: “Este ano, eu cheguei a guardar, é o segundo ano que eu faço isso, mas eu faço de uma só variedade, senão eu me perco” (Jonas, 2016, informação verbal).

Os hortelões interagem muito entre si, o que lhes permite estabelecer relações, conversar, mas também descobrir novas espécies e variedades. Segundo Gwenn (2016, informação verbal):

A gente tenta não comprar, há muitas trocas entre os hortelões, horticultores que nos dão as plantas [...]. É muito entre particulares, quando há trocas de plantas, tem umas ao redor de Rennes, tem também um banco de sementes, a gente também se abastecer com os sementeiros e, quando a

gente compra, a gente tenta pegar variedades camponesas. [...] A fazenda [nome da empresa], que é um pouco engajada nos certifica, nos certifica de que as sementes são reprodutíveis.

A participação na horta pode mudar as práticas dos hortelões, permitindo-lhes descobrir novas espécies e variedades ou maneiras de cozinhar: “Espinafre-morango eu não o conhecia e, de repente, aprendi uma, duas receitas, até o momento” (Charles, 2016, informação verbal).

Os efeitos também são sentidos na esfera familiar, como no caso de Myrielle (2016, informação verbal):

Moro com meu amigo e, pela primeira vez, os legumes da horta que eu cozinho, ele também come. Para ele, foi uma verdadeira diferença na alimentação. Quando eram os legumes que eu comprava no supermercado, ele não ficava muito interessado, mas saber que vem da horta [...], sinto um prazer e um desejo de comer.

Ou os conhecimentos sobre a época e as estações, como nos explica Charles (2016, informação verbal), ao falar da educação de seu filho:

A horta também é para que meu filho veja como os legumes crescem e que não estão apenas nas prateleiras do supermercado. E que ele veja o ritmo das estações, que ele aprenda que os morangos têm uma época específica e depois param, que o rabanete são quinze dias para ter, e como isso permite aprender o ritmo da vida e aceitar que seja mais lento, e que nem tudo deve ser rápido como quando a gente compra as coisas na internet e recebe, se possível, em duas horas.

A horta é considerada por alguns hortelões uma ferramenta para refletir sobre a prática de consumo:

Eu acho que a horta, para mim, é um trampolim para a alimentação. Para alguns, acho que ter um lugar como esse é importante. Não podemos dizer que é para a subsistência, porque podemos colher muito pouco, mas de maneira marginal é realmente onde pegamos algumas coisas. Por outro lado, temos prazer e as pessoas vão se perguntar: “Se eu não uso produtos químicos, por que vou comprar da produção química?”. (Jules, 2016, informação verbal)

As práticas dos hortelões e seus conhecimentos são heterogêneos e evoluem conforme o tempo. As hortas comunitárias são transformadas em comunidades dessas práticas, onde o processo de aprendizado e a aquisição de habilidades e conhecimentos ocorrem e se reproduzem através das ações cotidianas e da troca e compartilhamento de conhecimento entre os membros. O intercâmbio entre hortelões é a base do aprendizado, como explica Armand (2016, informação pessoal):

Eu sabia plantar. Eu tinha aprendido com meu pai quando eu era pequeno, mas já fazia um tempo que eu não colocava a mão na terra, mas a gente reaprende e tem coisas que eu não conheço a respeito das estações. Eu

aprendo receitas, e a gente troca com aqueles que tem o hábito de comer coisas que você não conhecia e que são comestíveis, e eles te explicam como você pode comer.

A prática é essencial para reaprender a cultivar. Colocar as mãos na terra é a base para (re)adquirir conhecimentos e habilidades.

Dinâmicas socioespaciais da Horta das Corujas, São Paulo, Brasil

Para produzir alimentos é preciso falar sobre: água, solos, compostagem, espécies vegetais, polinização (o que abrange o papel das abelhas nativas sem ferrão), produção orgânica e agroecológica, contato direto com a terra, trabalho voluntário, participação social, espírito de coletividade e solidariedade, horizontalidade na tomada de decisões etc. Pegar na terra e evidenciar o aspecto da prática do cultivo de alimentos, segundo a Voluntária-1 (2015, informação verbal), demonstram, ainda, um ativismo “pela atitude”, e não apenas “pelo discurso”.

A Horta das Corujas está na rotina da Voluntária-1, que a frequenta pelo menos duas vezes por semana e despende, em cada dia, uma tarde inteira de trabalho, exercendo diversas atividades enquanto está na horta ou mesmo de sua casa, via internet. Na horta, ela rega e poda as plantas; dá manutenção e cria novos canteiros; recebe novos voluntários e escolas; dá entrevistas etc. De casa, ela acompanha todas as discussões do grupo pelo Facebook, da qual é uma das administradoras; cria eventos para a horta e os divulga, tais como chamadas para mutirões e oficinas; recebe demandas e tira dúvidas.

Todos os entrevistados, quando questionados qual foi a primeira pessoa com quem estabeleceram contato na horta, citaram a Voluntária-1: “[Ela] é uma grande comunicadora, [...] ela fala muito, ela acaba sendo uma difusora de tudo isso” (Voluntária-2, 2015, informação verbal). Há voluntários que não veem problema em afirmar que as Corujas possuem lideranças; outros, no entanto, preferem evitar o termo para não dar a entender que as relações sociais, na horta, não sejam verdadeiramente horizontais. Disso deduz-se que esses últimos associam a horizontalidade das relações à ausência de estruturas no grupo de usuários da Horta das Corujas.

Castells (2013, p.167), por um lado, afirma que “a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal”. Freeman (1970, s.p.), por outro lado, defende que a rejeição por lideranças conduz a uma situação oposta à verdadeira democratização de grupos e movimentos sociais: “A partir do momento em que o movimento não se prende mais tenazmente à ideologia da ‘ausência de estrutura’ ele estará livre para desenvolver aquelas formas de organização que melhor se adequam ao seu funcionamento saudável”, a fim de assegurar “que quaisquer estruturas que sejam desenvolvidas serão controladas pelo grupo e assumirão responsabilidades frente a ele”.

Segundo depoimentos de hortelões: “Ah, sempre tem [lideranças]. Isso não tem muito jeito. Por mais que a gente queira uma coisa horizontal, tem

gente que está mais interessado, ou tem mais personalidade de liderança mesmo” (Voluntária-3, 2015, informação verbal). “Eu acho que não tem um líder, mas tem pessoas que são lideranças, no sentido de que estão, muitas vezes, à frente de um processo de organização, de conhecimento” (Voluntária-4, 2015, informação verbal). “Eu não vejo lideranças, eu vejo pessoas mais organizadas” (Voluntária-5, 2015, informação verbal).

Alguns entrevistados chegaram a relatar que deixaram de frequentar a horta por discordarem da maneira como ela estaria “sendo conduzida”: “O meu problema foi que determinada pessoa só aceitava as coisas do jeito dela. Decidi me afastar” (Ex-Voluntário-1, 2015, informação verbal). “Falava-se em treinar o desapego, mas tinha liderança que não desapegava” (Ex-Voluntário-2, 2015, informação verbal).

No caso das Corujas, a oposição da vizinhança, no entanto, foi de caráter pontual e durante o período nascedouro da horta. Os voluntários mais antigos relataram nas entrevistas realizadas o mesmo episódio emblemático: uma mulher gritou e xingou alguns hortelões enquanto eles trabalhavam em um fim de semana do primeiro mês de existência da horta: “Eu já estive aqui quando tinha gente gritando lá de cima, reclamando, mas eu não engajei no conflito [risos]” (Voluntária-6, 2015, informação verbal).

Os assuntos referentes aos gastos com a horta não apareceram, em nenhuma entrevista realizada, como um problema ou fonte de conflito entre os voluntários; esses também foram questionados se chegaram a contribuir financeiramente para a Horta das Corujas (em caso afirmativo, perguntou-se quantas vezes e quanto doaram). Cerca de 50% dos entrevistados disseram que já contribuíram financeiramente, rateando algumas despesas no início da horta, porém, outros 50% disseram que nunca contribuíram ou que, apesar de já terem ouvido falar de “vaquinhas”, nunca foram cobrados ou convidados a participar.

Os gastos com a horta são mínimos, na medida em que: os voluntários costumam levar suas próprias ferramentas e vestimentas especiais (chapéus ou bonés, protetor solar, repelente contra insetos, botas, luvas), bem como muitas das sementes e mudas que plantam; não há energia elétrica no local; há disponibilidade de água gratuita graças às cacimbas feitas pelos próprios hortelões; muitos voluntários conseguem doações de terceiros ou eles mesmos assumem o custeio de algo que desejam incorporar à horta. Muitos dos materiais utilizados na confecção de canteiros (cercas baixas de proteção, telhas para contenção e delimitação de canteiros, pneus que já serviram de canteiro, estacas de madeira etc.) são reaproveitados de algum outro lugar: encontrados em caçambas nas ruas da cidade, trazidos da casa de alguém, doação de terceiros etc., e, portanto, não figuram como custos monetários diretos.

Para que a horta comunitária não se torne um instrumento de privatização do espaço público e beneficie monetariamente a alguns cidadãos, é proibido o uso da Horta das Corujas para fins mercadológicos. Contudo, como afirma a

Voluntária-1 (2014, informação verbal): “está cheio de permacultor, de voluntário aqui precisando de grana, não é aqui que ele vai ganhar grana, mas aqui talvez seja uma vitrine”.

As oficinas eram um mecanismo bastante utilizado para atrair voluntários e simpatizantes para a Horta das Corujas. Como essa experiência hortícola foi pioneira na cidade de São Paulo, ela se tornou um local propício para experimentações e para a aprendizagem coletiva. As oficinas consistiam em receber especialistas para ensinar sobre um assunto específico e para demonstrá-lo na prática, incentivando as pessoas a reproduzi-lo posteriormente, seja na horta, seja no seu cotidiano.

Oferecidas na própria Praça das Corujas (dentro ou fora da área da horta), as oficinas eram gratuitas e não havia retribuição financeira como contrapartida a seus ministrantes. Esses eventos foram organizados e divulgados pela internet, por intermédio da página da Horta das Corujas no Facebook, onde as pessoas trocavam informações, davam palpites sobre sua organização e criavam enquetes para decidir melhor dia e horário. As oficinas funcionaram como uma estratégia para trazer público à horta, não apenas para sua “autopromoção”, mas também para permitir a troca de experiências entre os cidadãos e contribuir com a disseminação das ideias trabalhadas coletivamente.

A realização de oficinas ia ao encontro da função educativa das hortas comunitárias. A partir de sua existência, tornaram-se possíveis a propagação gratuita de conhecimentos e a integração social dos cidadãos. As oficinas também eram, conforme observado em campo e constatado em entrevistas e depoimentos, uma ferramenta de atuação dos ativismos urbanos, que buscavam o contato direto com a população para expandir seus canais de comunicação e propagar sua ideologia. A Horta das Corujas já foi palco de oficinas sobre: plantio de árvores; identificação e usos alimentícios e medicinais das Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc); elaboração de repelente natural contra insetos para o corpo e de fragrâncias naturais para ambientes fechados; reconhecimento e informações sobre as abelhas nativas sem ferrão; uso de cisternas para captação da água das chuvas. Todas essas foram ministradas por especialistas, mas que também são ativistas da causa; além de todos serem atuantes (se não voluntários ativos, ao menos colaboradores frequentes) em alguma horta comunitária de São Paulo.

A demarcação de canteiros, por sua vez, foi uma das questões que outrora muito aqueceram as discussões entre os voluntários da horta. Ela mereceu ser analisada a partir de diferentes perspectivas:

a) A ideologia da demarcação – Para alguns hortelões, a demarcação pode vir a representar uma espécie de privatização do espaço público. Quando se utiliza, aqui, o termo “espécie” pretende-se dizer que, na realidade, ninguém está tomando posse real de uma pequena porção de praça pública, mas como a horta é comunitária e o poder público municipal não estabeleceu regras de uso próprias para ela, a demarcação de canteiros pode contribuir para que um possí-

vel movimento de moradores contrários à existência da horta ganhe sustentação argumentativa perante a subprefeitura: se a praça (e a horta que nela se encontra) é pública e de livre acesso, por que alguns moradores poderiam identificar pequenas porções territoriais de sua totalidade com os seus respectivos nomes? Por mais que não seja a intenção, a identificação de canteiros, num espaço sem regras oficializadas e reconhecidas pelo poder público, pode dar a impressão de que se pretende privatizar o espaço público, ou, ao menos, estender privilégios de uso a um grupo específico de pessoas, o que contradiz o princípio de uso democrático de uma área pública de livre acesso. E, ainda, muitos voluntários que se identificam, de fato, como ativistas esperam encontrar espaço, na horta, para a utopia de uma sociedade livre de regras pré-determinadas e de demarcações e “limites fronteiriços”.

b) O exercício contra o desaparego e a valorização do anonimato – Havia hortelões contrários à demarcação de canteiros porque preferiam treinar o “desapego”. Isso significa que a identificação de um canteiro associa aquilo que nele está plantado como sendo de “propriedade” de alguém. Como a horta é pública e de livre acesso, quem se propõe a nela cultivar não está apegado aos resultados materiais da produção. Nessa perspectiva, a finalidade produtivista do trabalho individual torna-se menos importante do que a compreensão coletiva de seu real significado. Também havia pessoas que participavam da horta que não se articulavam junto à rede que se formou via internet. Dessa forma, se houvesse a valorização coletiva do “trabalho anônimo” que é realizado na horta, melhor compreender-se-ia a dinâmica social que nela se estabelece e que é quase impossível de se mensurar: “Esse é o maior aprendizado: o desaparego e a falta de vaidade, porque a gente não quer aparecer” (Voluntária-7, 2015, informação verbal).

c) A função principal da horta – Todas as pessoas entrevistadas para esta pesquisa não entendiam que a Horta das Corujas tivesse como principal finalidade o abastecimento alimentar. Portanto, a organização planejada para se obter resultados produtivistas concretos não deveria ser, sob essa perspectiva, a preocupação principal dos voluntários envolvidos com a horta. Assim, mais relevante do que sinalizar o canteiro com seu nome, seria estreitar os laços de parceria e cooperação a partir do trabalho coletivo.

Em hortas comunitárias localizadas em praça pública, todos podem entrar e colher os seus frutos ou hortaliças. Nesse sentido, a Voluntária-8 (2016, informação pessoal) afirma: “Os canteiros são de todos os cidadãos”.

Diferentemente de experiências em outras cidades ou países, nos quais existem programas ou leis municipais específicos para as hortas comunitárias, ou onde essas iniciativas estão na pauta política há mais tempo, o poder público municipal de São Paulo não cobra pelo uso de espaços públicos para fins de horta ou jardim comunitário e tampouco outorga a arrecadação a terceiros. Logo, não existem cobranças feitas em nome da Horta das Corujas (que também não se configura como associação, empresa ou organização sem fins lucrativos), nem

algum tipo de taxa de manutenção (facultativa ou compulsória) aplicada aos seus membros ou visitantes. No entanto, o rateio com despesas que pretendem atender às necessidades coletivas pode ocorrer, basta que os voluntários interessados assim se organizem e criem algum mecanismo de arrecadação informal entre eles próprios (mas não podem obrigar alguém que não queira colaborar).

Apreende-se dos depoimentos, enfim, que a Horta das Corujas, entre suas principais funções, resgata a simplicidade e permite a convivência tranquila entre os cidadãos, que podem desfrutar de um maior tempo de permanência no espaço público.

Conclusão

A partir de casos bastante distintos, almejou-se revelar o conteúdo da vida cotidiana nas hortas comunitárias, com ênfase nas suas dinâmicas socioespaciais. Este artigo não teve um propósito comparativo, mas a leitura de casos em dois países e contextos diferentes permitiu que o objeto fosse colocado em perspectiva.

No âmago das relações sociais, as dinâmicas de liderança emergem de uma maneira diferente. Enquanto em Rennes os princípios de autoridade firmam-se na figura daqueles que melhor conhecem os procedimentos burocráticos para materializar uma horta (estabelecidos pela prefeitura) e a operacionalidade do coletivo (via associação, mediante acesso a financiamento e demais recursos financeiros), em São Paulo despontam-se lideranças que conduzem, politicamente, o processo de transformação do espaço urbano, ressignificando a cidade. Em Rennes, alguns hortelões permanecem em um posicionamento mais periférico, contribuindo quase que exclusivamente com os cultivos. Em São Paulo, é mais comum que os engajados com a horta, por mais que reconheçam a existência de lideranças, tenham muito mais claramente para si a importância do conteúdo político de suas intervenções hortícolas.

Percebeu-se que há alguma variedade nos critérios de escolha das plantas cultivadas, da origem das sementes, de certas práticas de manejo, bem como nos resultados estéticos da paisagem. Mas, nas duas cidades, verificou-se bastante presente uma atenção dada à reconexão com os ciclos da natureza e à valorização dos cultivos orgânicos e dos princípios da agroecologia e da permacultura. Uma importante diferença entre os dois contextos consiste no papel do poder público. Em Rennes, a prefeitura ajuda os hortelões no processo de planejamento da horta com a intermediação de Vert le Jardin, definindo os valores e os compromissos da prática hortícola em grupo. Os hortelões, após a materialização da iniciativa, são responsáveis pela área verde em questão, e a prefeitura passa a considerar esses cidadãos “produtores e gestores participativos” dos espaços públicos. Esse processo de institucionalização permite a multiplicação dos projetos; no entanto, a legitimação das ações ainda passa pela construção criativa de um novo referencial de “cidade comestível”. O cotidiano das hortas revela tensões, visões e representações distintas sobre o urbano, tanto entre os hortelões quanto entre estes e os demais cidadãos.



Foto Cortesia Gustavo Nagib

Horta das Corujas, no bairro da Vila Beatriz, Subprefeitura de Pinheiros, na Zona Oeste da cidade de São Paulo. Criada em 2012, ocupa cerca de 800 m² da Praça Dolores Ibárruri, também conhecida como Praça das Corujas. Em tal trecho, o Córrego das Corujas (afluente do Rio Pinheiros) foi despoluído pelo Programa Córrego Limpo, em 2007. Observa-se uma parte da Horta das Corujas. Seguindo os princípios da agroecologia e da permacultura, os canteiros locais apresentam diversidade de cultivos e plantio consorciado (diferentes espécies juntas). Ao fundo, pode-se ver a composteira existente no local, reservada à compostagem de folhas e galhos provenientes da própria horta e da praça.

Em São Paulo, o engajamento comunitário não envolve, necessariamente, questões de ordem institucionais. O poder público não fornece orientações para a materialização de hortas comunitárias, já que inexistente uma política ou um programa público voltado especificamente a essa questão. Os hortelões, portanto, acabam agindo pautados por seus conhecimentos próprios e em um constante processo de aprendizado coletivo sobre o manejo com a terra e com as plantas, numa busca constante pela produção de novos espaços de convívio e de valorização das trocas coletivas. Muito embora este artigo tenha trabalhado com apenas um caso paulistano, a Horta das Corujas foi a primeira materialização desse tipo na metrópole, e o engajamento de seus hortelões findou por estruturar uma rede ativista em prol da horticultura urbana, simbolizando uma alternativa à problemática ambiental e ao individualismo vivenciados na capital (Nagib, 2018).

Seja em Rennes, seja em São Paulo, a vida cotidiana das hortas revela que elas são lugares propícios à aprendizagem, especialmente por intermédio da

prática, do contato direto com a terra e com as plantas, mediante a qual os hortelões também incorporam memórias pretéritas (pessoais e afetivas). É a prática cotidiana que os fazem questionar hábitos em relação à produção e ao consumo de alimentos, e manifestam-se formas de transição e de conscientização a uma outra alimentação, mais saudável e livre de agrotóxicos (Demailly, 2014).

Ao mesmo tempo, essas práticas indicam um processo de ressignificação espacial a partir da introdução de uma expressão da agricultura dentro da cidade. Se o cotidiano urbano pode imprimir dificuldades para a convivência e o entrosamento entre as pessoas, as hortas comunitárias, em diferentes contextos, revelam-se experiências sociais que objetivam outra forma de ocupar e de viver a cidade, na qual os espaços públicos passam a cumprir a função de promoção do convívio coletivo e das trocas de experiências. Não se limitando à lógica produtivista, as hortas comunitárias revelam a reapropriação do espaço urbano a partir do cultivo do solo em coletividade, ultrapassando os conflitos de interesses particulares e constituindo-se num jogo de novas invenções das relações sociais e institucionais, necessário ao equilíbrio das relações humanas (Chrétien, 2010; Deschamps, 2019). Coutinho e Costa (2011, p. 88) complementam:

A realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam refutar as dicotomias modernas entre campo-cidade, natural-artificial, que afetam diretamente a dinâmica territorial.

Agradecimentos – Agradecemos à região da Bretanha, que financiou o projeto JardimSAT, dentro do programa SAD, em 2016.

Referências

- BLANC, N. *Vers une esthétique environnementale*. Versailles: Quæ, 2008.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHRÉTIEN, D. Jardins en partage. *Pour*, v.205-06, n.2, p.285-290, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-pour-2010-2-page-285.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, Belo Horizonte, p.81-97, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322/10554>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- DEMAILLY, K. E. Les jardins partagés franciliens, scènes de participation citoyenne? *EchoGéo*, Paris, n.27, p.1-18, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/echogeo/13702>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- DESCHAMPS, A. Aménager la ville par le jardinage: la végétalisation participative de Lyon. *Géocofluences*, Lyon, 2019. Disponível em: <<http://geoconfluences.ens-lyon>>.

fr/informations-scientifiques/dossiers-regionaux/lyon-metropole/articles-scientifiques/jardinage-vegetalisation-participative-lyon>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FREEMAN, J. A tirania das organizações sem estrutura. *Nodo50*, 1970. Disponível em: <<http://info.nodo50.org>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GIACCHÈ, G.; LE CARO, Y. Jardins partagés: une contribution habitante au système agri-alimentaire territorialisé rennais. *VertigOB*, n.31, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/vertigo/21982>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

INSEE – Institut National de la Statistique et des Études Économiques. *Dossier complet*: Commune de Rennes (35238). Insee, 2020. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/2572750>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

NAGIB, G. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anna-blume, 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *World urbanization prospects: the 2018 revision*. Nova York, 2019. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

RESUMO – Este artigo aborda a vida cotidiana de hortas comunitárias nas cidades de Rennes (França) e de São Paulo (Brasil). Reconhecendo-se os diferentes contextos socioespaciais, não se almeja estabelecer uma comparação, mas expor os discursos e as práticas dos hortelões urbanos de cada localidade, revelando suas dinâmicas e experiências próprias, que se encontram, por sua vez, na materialização de alternativas ao urbano. As práticas hortícolas, pautadas pelo trabalho e pelo engajamento coletivo, adentram as possibilidades de participação direta dos cidadãos para a transformação da cidade contemporânea, reativando os vínculos comunitários, os laços de afetividade e de proximidade socioespaciais, além de estabelecerem novos modos de se relacionar com o poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Hortas comunitárias, Comunidades de práticas, Participação, Rennes, São Paulo.

ABSTRACT – This article discusses the daily life of community vegetable gardens in the cities of Rennes (France) and São Paulo (Brazil). Acknowledging the different socio-spatial contexts, it does not intend to establish comparisons, but to expose the ideas and practices of the urban gardeners in each location, revealing their own dynamics and

experiences, which are, in turn, found in the materialization of alternatives to urban life. Horticultural practices based on collective work and engagement, point to the possibilities of direct citizen participation in the transformation of the contemporary city, reactivating community links, bonds of affection and socio-spatial proximity, in addition to establishing new ways of relating to the government.

KEYWORDS: Community vegetable gardens, Community of practices, Participation, Rennes, São Paulo.

Gustavo Nagib é geógrafo, doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), e membro do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana (GEAU) do Instituto de Estudos Avançados da USP. @ – guganagib@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-4558-7218>.

Giulia Giacchè é agrônoma, doutora pela Università degli Studi di Perugia, Itália. Pós-doutorada pela Universidade de Rennes 2. Coordenadora na estrutura de extensão Exp'AU (Expertise en Agricultures Urbaines) na Université Paris-Saclay, Inrae, AgroParisTech. Pesquisadora do Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech), Paris, França, e membra do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana (GEAU) do Instituto de Estudos Avançados da USP.

@ – giacche.giulia13@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-3736-0283>.

Recebido em 10.9.2019 e aceito em 20.4.2020.

¹ Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Brasil.

² Université Paris-Saclay, Inrae, AgroParisTech, Paris, França.